

DIÁRIO DA MANHÃ

Jornal diário e matutino lançado em Recife em 16 de abril de 1927 pela empresa Lima Cavalcanti e Cia. de propriedade dos usineiros Artur de Siqueira Cavalcanti, Caio de Lima Cavalcanti, Carlos de Lima Cavalcanti, Fernando de Lima Cavalcanti e Rui de Lima Cavalcanti. Foi fechado em 31 de dezembro de 1950, mas após algum tempo voltou a circular.

PRIMEIRA REPÚBLICA

O primeiro diretor-geral do *Diário da Manhã* foi Carlos de Lima Cavalcanti, que pouco antes rompera com o Partido Republicano de Pernambuco para fazer oposição ao governador Estácio Coimbra (1926-1930) através de uma nova agremiação, o Partido Democrático de Pernambuco. No plano nacional, os Lima Cavalcanti iriam apoiar o programa do Partido Democrático Nacional (PDN).

Em seu editorial de apresentação, o *Diário da Manhã* descrevia o compromisso que pretendia manter com “o engrandecimento da nacionalidade, sem preocupações restritas de regionalismo”. Ainda no primeiro número foi publicado um telegrama do gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil (um dos articuladores do PDN) saudando o aparecimento do jornal. A mensagem afirmava que “o Brasil civilizado e pacífico” vinha sendo “levado ao extremo da revolução pela insolência insensível dos usurpadores de sua soberania” e que, “sem a doutrinação da imprensa”, “nunca teriam soado os primeiros estampidos das carabinas libertadoras, cujos saudáveis efeitos são mais eficazes depois que elas emudecem”.

O *Diário da Manhã* começou a circular com oito páginas nos dias úteis e 16 aos domingos, em dois cadernos de formato padrão. Custava inicialmente duzentos réis. Seu aspecto gráfico moderno, idealizado por Andrés Guevara — diagramador da escola argentina de desenho —, chegou a impressionar o jornalismo pernambucano da época e é hoje considerado um marco na renovação da imprensa do Nordeste. O cronista João Monteiro, do jornal carioca *A Noite*, comentou certa vez como era surpreendente existir em Recife um paginador como o do *Diário da Manhã*: “Há gosto em tudo, até nos títulos das seções.” Na verdade, Andrés Guevara colaborou em vários outros jornais brasileiros, como *A Manhã* (1925) e *O País* (1923-1930). Em 1943, voltaria ao Brasil para trabalhar na *Folha da*

Semana e, na década de 1950, participaria da fundação de *Última Hora*.

Integravam ainda a primeira equipe do *Diário da Manhã*, entre outros, José de Sá (redator-chefe), Cristiano Cordeiro (secretário), Esmaragdo de Freitas, Racine Guimarães, Domício Rangel (redatores) e Osório Borba (correspondente no Rio de Janeiro). A gerência era ocupada por Antônio Lumachi do Monte. Entre os colaboradores mais regulares figuravam Maurício de Lacerda, Agripino Grieco, Gilberto Amado, Barbosa Lima Sobrinho, Pedro Mota Lima, Joaquim Pimenta, Vicente Licínio Cardoso, Edgar Teixeira Leite, João Barreto de Meneses, Luís Cedro, Gastão Cruls e o padre Batista Cabral, além do próprio Guevara, que fazia *charges* e caricaturas.

Fundado para se tornar um veículo atuante de oposição, o *Diário da Manhã* publicou logo nos primeiros números o livro inédito de Juarez Távora, *Idéias revolucionárias*. Iniciou também uma campanha financeira de ajuda aos membros da Coluna Prestes, que se encontravam exilados na Bolívia, e dedicou diversas reportagens à marcha dos revolucionários. Ainda com o intuito de auxiliar os companheiros de Prestes no exterior, o jornal anunciou a venda do livro *História de uma covardia*, de Maurício de Lacerda, sobre o governo de Artur Bernardes (1922-1926).

Em 28 de maio de 1927, soldados da cavalaria e da infantaria da polícia pernambucana cercaram a sede do jornal para conter uma manifestação estudantil contra o reconhecimento de Bernardes como senador da República. A situação ficou ainda mais tensa no dia seguinte, com a publicação de uma *charge* na primeira página do *Diário da Manhã* em que Artur Bernardes era representado por um camundongo atrás de uma cruz cercada de caveiras. Embaixo, figurava a legenda “1922-Trindade Clevelândia-1926”, referindo-se aos dois presídios políticos que aterrorizavam os opositores do governo; em cima, lia-se: “Sou eu o autor de tudo isso.” A *charge*, de autoria de Caio de Lima Cavalcanti, fez com que vários redatores do jornal — entre os quais Cristiano Cordeiro fossem intimados a comparecer à polícia.

Mesmo assim, o *Diário da Manhã* prosseguiu em sua campanha de oposição, publicando no dia 16 de julho do mesmo ano um editorial a favor da anistia, além de declarações de Assis Brasil e de outros líderes liberais. O jornal realizou ainda outra extensa reportagem saudando Luís Carlos Prestes como o “Cavaleiro da Esperança”, e chegando a chamá-lo de “homem-lâmpada do Brasil”.

No âmbito estadual, o jornal denunciava os favores concedidos pelo governo de Estácio Coimbra a um certo grupo de usineiros, prejudicando os fornecedores de cana. Criticava também o ex-governador do estado Sérgio Loreto. No mês de setembro de 1927, foi iniciada uma violenta campanha contra o orçamento estadual, qualificado de “monstro”. No mês de dezembro, foi amplamente noticiada a agressão do chefe de polícia, Eurico de Sousa Leão, a um dos diretores do jornal, Fernando de Lima Cavalcanti. Esse episódio deu início a uma polêmica entre o *Diário da Manhã* e *A Província*.

Em abril de 1928, no primeiro aniversário do jornal, comemorado com uma edição de dez cadernos, Carlos de Lima Cavalcanti assinou um editorial prometendo manter a linha oposicionista de seu periódico: “Sejam quais forem as hostilidades que se antepuserem à existência do *Diário da Manhã*, prosseguiremos, impavidamente, dentro do nosso programa de reação aos politiqueiros desonestos e aos déspotas que meteram o país no bolso.”

Sobre essa edição comemorativa, o *Diário de Pernambuco*, que apoiava o governo, comentou tratar-se de “uma interessante expressão da corrente revolucionária nacional, de que o ilustre colega Carlos de Lima Cavalcanti se fez aqui ardoroso paladino”. Dois dias depois, o *Diário da Manhã* negou sua natureza revolucionária, acusando o *Diário de Pernambuco* de insinuar “uma das mais terríveis perfídias que uma folha já terá feito a outra colocada em campo contrário”. O jornal dos Lima Cavalcanti também atacou *O País*, do Rio de Janeiro, que havia publicado artigos favoráveis a Estácio Coimbra.

Em maio de 1928, o jornalista Esmaragdo de Freitas, que substituíra Cristiano Cordeiro na secretaria de redação meses antes, deixou Recife. A princípio seu cargo foi acumulado por Carlos de Lima Cavalcanti, mas pouco depois foi entregue a Jarbas Peixoto.

Ao se iniciarem os debates em torno da sucessão de Washington Luís na presidência da República, o *Diário da Manhã* mais uma vez afirmou sua linha oposicionista. Quando a caravana da Aliança Liberal chegou a Recife, em 27 de janeiro de 1930, o jornal intensificou sua campanha contra o governo e passou a reclamar da censura a seu serviço telegráfico. Em 1º de março de 1930, entretanto, a Aliança Liberal, através de seus candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa, foi derrotada nas urnas.

Em 30 de junho de 1930, o *Diário da Manhã* deu grande cobertura à prisão, no Rio, de Carlos de Lima Cavalcanti, acusado de ser um emissário do movimento revolucionário no

Norte. Quando do assassinato de João Pessoa, em 26 de julho, o jornal publicou editoriais violentos acusando o governo de encobrir o crime. Em consequência disso, uma semana depois, ao ser rezada a missa de sétimo dia, o jornal foi submetido à censura prévia, saindo com vários espaços em branco. Suspensa a censura, foram publicadas na íntegra todas as matérias anteriormente proibidas.

NO PÓS-1930

Três dias após a eclosão no Rio Grande do Sul, em 3 de outubro, da Revolução de 1930, Caio de Lima Cavalcanti assumiu a direção do *Diário da Manhã* em lugar de Carlos, designado governador provisório de Pernambuco. A partir de então, o *Diário da Manhã* tornou-se o porta-voz dos governos estadual e federal, mantendo constantes polêmicas com o *Diário de Pernambuco* e *O Jornal*, folha carioca pertencente a Francisco de Assis Chateaubriand, que passou a criticar a política social do novo governo e os erros da revolução.

Em relação ao governo provisório de Getúlio Vargas, as críticas do *Diário da Manhã* eram raras e visavam sempre atos isolados. Os dois recursos mais utilizados pelo jornal nesses casos eram as fontes indeterminadas (“soube-se”, “comenta-se”) ou a transcrição de matérias de jornais oposicionistas, como o *Correio da Manhã* e *O Globo*.

Em relação ao governo estadual, o jornal evitava noticiar as dissensões internas ao situacionismo, negando ou minimizando todos os desentendimentos no interior da administração Lima Cavalcanti. Tanto o rompimento de João Alberto Lins de Barros com Carlos de Lima Cavalcanti, por exemplo, como a cisão entre o interventor e seu secretário de Agricultura, João Cleofas, foram negados pelo *Diário da Manhã* apesar de largamente noticiados por outros jornais. Mesmo tendo-se transformado em sociedade anônima em 1932, o jornal manteve-se na mão dos Cavalcanti, que passaram o cargo de diretor-presidente a Renato Carneiro da Cunha e conservaram José de Sá na chefia de redação.

A partir de 1935, entretanto, os desentendimentos entre Carlos de Lima Cavalcanti — já então governador eleito do estado — e Agamenon Magalhães, ministro da Justiça de Vargas, iriam de alguma maneira refletir-se no jornal. Iniciando-se como uma disputa pessoal pelo poder no estado de Pernambuco, a divergência entre os dois políticos culminaria em novembro de 1937 com a decretação do Estado Novo. Nesse momento,

Lima Cavalcanti foi afastado do governo, enquanto Agamenon Magalhães era nomeado interventor.

A partir daí, o *Diário da Manhã* passou a sofrer toda sorte de perseguições. Em junho de 1938, Renato Carneiro da Cunha, que ainda havia tentado uma aproximação com Agamenon Magalhães, deixou o cargo de diretor-presidente do jornal, sendo a seguir deportado juntamente com o redator Luís de Barros. Os Cavalcanti perderam assim o controle do jornal, cuja direção foi entregue a Rubens Pereira de Araújo.

Em 3 de fevereiro de 1939, Pedro de Sousa tornou-se diretor-presidente do *Diário da Manhã*. Adotando uma posição de apoio ao Estado Novo, o novo diretor declarou que o jornal se tornara um órgão de colaboração com os poderes públicos para o engrandecimento nacional e a defesa dos interesses coletivos. A partir desse momento, o jornal reduziu gradativamente seu número de páginas e sua tiragem, até se transformar em semanário, em julho de 1941.

O *Diário da Manhã* manteve uma atuação inexpressiva na imprensa pernambucana até 1946, quando foi adquirido por um grupo ligado à ala dissidente do Partido Social Democrático (PSD), que pretendia lançar a candidatura de Manuel Campelo Júnior ao governo do estado. Nesse momento, voltou a circular diariamente com 12 páginas.

Mesmo desvinculado de seu fundador, que na época articulava a criação da União Democrática Nacional (UDN) de Pernambuco, o *Diário da Manhã* reassumiu com seus novos proprietários uma posição mais democrática, publicando, a propósito do Estado Novo, um editorial que dizia: “Após experiências em desacordo com os impulsos de nossa índole, o país retoma, agora, a normalidade constitucional, abrindo-se assim nova fase à cooperação construtiva entre a imprensa e os órgãos do Estado, estruturados em bases legítimas, sob a autoridade emanada das fontes puras da soberania popular.”

Com a derrota de Campelo Júnior nas eleições para governador e a vitória de Costa Porto, diretor do *Diário da Manhã*, nas eleições para deputado, o jornal foi novamente vendido, em dezembro de 1947, passando por várias mãos até fechar suas portas por algum tempo em 1950.

João Batista de Abreu Júnior

FONTES: CAVALCANTI, P. *Caso*; LIMA FILHO, A. *China*; NASCIMENTO, L.
História.